



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

8. Movimentos sociais e Participação Social

**Trabalho, instabilidade e resistência**

Raul Gameiro Pires<sup>1</sup>  
Lucas Parra Spagnuolo de Souza<sup>2</sup>  
Paulo Roberto de Carvalho<sup>3</sup>

**Resumo.** Este estudo objetiva analisar a inserção profissional em um contexto laboral instável em função da super exploração do trabalho. De natureza teórica e documental, o trabalho busca identificar na contemporaneidade movimentos sociais emergentes de resistência ao trabalho, que foi fundamentada historicamente. Como resultado, são apresentados dois movimentos sociais (Anti-trabalho e Simplicidade Voluntária) que incorporam a resistência e colocam em cena modos plurais de vida e de relação com o trabalho. Conclui-se que no Brasil uma parcela significativa da juventude recusa-se à inserção profissional, mostrando, com isso não apenas a atualidade desta problemática como a relevância da pesquisa sobre o tema.

**Palavras-chave:** Trabalho; resistência; capitalismo; contemporaneidade

**Abstract:** This study aims to analyze professional insertion in an unstable work context due to the over-exploitation of work. Theoretical and documentary in nature, the work seeks to identify in contemporary times emerging social movements of resistance to work, which was historically grounded. As a result, two social movements present (Anti-work and Voluntary Simplicity) that incorporate resistance and put on the scene plural ways of life and relationship with work. It concluded that in Brazil a significant portion of youth refuses to enter a job, thus showing not only the topicality of the subject but also the relevance of research on the subject.

**Keywords:** Work; resistance; capitalism; contemporaneity

## I – INTRODUÇÃO

Um dos principais pensadores que se dedicou a estudar e analisar o trabalho como processo de importância fundamental para a história da civilização é o filósofo, sociólogo e economista Karl Marx. Nascido no século XIX na Alemanha e influenciado

<sup>1</sup> Discente do quinto ano de Psicologia. Bolsista de IC pelo CNPq, Universidade Estadual de Londrina, [raul.gameiro.pires@uel.br](mailto:raul.gameiro.pires@uel.br)

<sup>2</sup> Discente do quinto ano de Psicologia. Universidade Estadual de Londrina, [lucas.spagnuolo@uel.br](mailto:lucas.spagnuolo@uel.br)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional, Universidade Estadual de Londrina, [paulor@uel.br](mailto:paulor@uel.br)



por Hegel, frequentemente escreveu em parceria com Friedrich Engels. Marx desenvolveu ao longo de toda sua vida a teoria do materialismo dialético analisando o modo de produção capitalista, principalmente suas contradições lógicas internas, tendo como um dos pontos focais de sua teoria o trabalho e as forças produtivas.

Segundo Marx, o ser humano se diferencia dos outros animais uma vez que ele não apenas reage ao mundo, mas sim o modifica, fazendo, por meio do trabalho, com que o mundo funcione se organize do modo que seja mais vantajoso para os seres humanos. Nesse sentido, compreende o humano como um ser social e histórico, vê a história se desenvolvendo a partir da luta de classes. Assim expressa Marx em Ideologia Alemã, em coautoria com Engels:

Toda a história deve partir de bases naturais e a sua modificação pela ação dos homens ao longo da história. Podem distinguir-se os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se quiser. Eles (os homens) começam a distinguir-se dos animais desde que começaram a produzir os seus meios de existência .... Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, a sua vida material (MARX; ENGELS, 1845/1846, p. 87).

Com o materialismo dialético, Marx explica como os grupos humanos se desenvolvem. As mudanças sociais ocorrem em consonância com as forças dinâmicas internas da sociedade, que são resultantes das relações do modo de produção. O modo de produção é constituído por dois elementos: forças produtivas e as relações de produção. As forças produtivas são formadas pelos trabalhadores com sua força de trabalho (capital humano) e pelos meios de produção. As relações de produção são necessárias e independentes das vontades, correspondem a uma determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. O agregado dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a base material da onde se ergueram a superestrutura política, jurídica e cultural. Relações que se expressam de diversas maneiras convergindo na nomenclatura do direito à propriedade.

Em certo momento do desenvolvimento, as forças produtivas materiais entram em conflito com as relações de produção existentes proporcionando um período de grande instabilidade. Então, abre-se uma oportunidade de mudança da base econômica, de revolucionar de maneira intensa toda a superestrutura política e jurídica levantada sobre a base. É através da luta de classes (expressão do movimento dialético) que Marx entende que as sociedades evoluem.



Independente da forma que assume, o objeto produzido é resultado de uma atividade humana. Desta maneira, o trabalho abstrato, o esforço humano despendido na produção de uma mercadoria, é substância do valor de troca. O trabalhador vende sua força produtiva, ou capacidade de trabalho, que é quantificada e valorizada como todo e qualquer produto, tornando-se mercadoria. O trabalho atualiza-se através do trabalho concreto, a forma como é aplicado esse esforço do trabalhador, e cristaliza-se no produto resultante. Todo o valor advém do trabalho.

O trabalho, então, tratado como mercadoria é vendido pelos trabalhadores e comprado pelos capitalistas. Sem outra opção o trabalhador é obrigado a vender sua capacidade de trabalhar que é traduzida pelo valor do salário. É desta relação entre valores do produto e da força produtiva que aparece a mais-valia, que é o valor criado no processo produtivo superior ao valor da força produtiva. A mais-valia é dividida em duas partes. A primeira que constitui o valor da força de trabalho expressa em preço do salário e que na ótica capitalista representa o custo de produção da força produtiva. A segunda parte, é o valor criado durante o processo criativo de produção e que excede o valor da força de trabalho, que é do capitalista. É esse excedente de valor, criado pelo trabalhador, que Marx denomina de mais-valia, que se transforma em lucro sendo resultado para das vendas de bens e serviços.

Nesta breve introdução acerca do modo de existência dominante onde o trabalho ocupa uma posição fundamental torna-se possível descrever como, a variar de acordo com grupo social, pensamento político ou poder econômico, o trabalho pode ter tanto uma valoração positiva a ser exaltada ou ao contrário o destaque de seu sentido de exploração ou sofrimento. Dentro desse leque de possibilidades, posicionamentos diferentes são experienciados.

Em um extremo do espectro da significação do trabalho encontra-se a exaltação do trabalho como dignificação do humano, como algo a ser conquistado em decorrência da necessidade de “ganhar a vida”. Esta é uma valoração presente entre aqueles que podem ser considerados bons cidadãos e pessoas, de acordo com a moral dominante. Ela ganha sentido por ser ligada à lógica da meritocracia na qual o indivíduo é o único responsável e único fator determinante de sua trajetória profissional e de vida. Neste contexto, se ele alcançou aquele lugar que ocupa foi por que mereceu. Trata-se de um modo de pensamento presente na corrente política conservadora que se alinha política e economicamente com os ideais e objetivos da classe dominante da sociedade.



Aqueles que não se enquadram nesse modelo de agir na sociedade são taxados por diversos estigmas que traduzem a ideia de que não é uma pessoa a ser respeitada, como vagabundo, sem futuro, preguiçoso entre outros. Sofrem pressões econômicas, psicológicas e morais. Ademais, outras diversas consequências diretas da exaltação são perceptíveis como o esgotamento dos trabalhadores frente a intensas e longas horas de trabalho sem que recebam o suficiente e possam viver com qualidade e dignidade. Outro ponto é a produtividade sendo cada vez mais potencializada, acelerada e intensificada exigindo esforços sobre-humanos dos trabalhadores. Partimos dessas questões e inquietações para investigar as experiências de resistência ao redor do mundo inteiro a essa forma de trabalhar.

## **II – DESENVOLVIMENTO**

Para compreender as razões pelas quais vem surgindo, ao longo do tempo, a necessidade de criação de novas formas de se inserir no mercado de trabalho, bem como de resistir ao modelo laboral tradicional é preciso observar mais atentamente ao percurso de desenvolvimento e modificações do sistema econômico capitalista no decorrer da história e suas implicações para a formação política, econômica e cultural dos países, bem como na formação subjetiva do ser humano.

Segundo POCHMANN (2018) o entendimento da desestabilização do mundo do trabalho no capitalismo está associado a três pontos determinantes basais: às históricas crises do capitalismo; os distintos padrões de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; e a capacidade de o Estado organizar, produzir e sustentar no tempo diversas políticas públicas, especialmente a de proteção social e do trabalho.

Importante ressaltar que aqui nos referimos à desestabilização do trabalho alienado causado pelo estranhamento operado pelo modo de produção capitalista ante ao que Coelho e Matos (2021) denominam de “trabalho que proporciona ao ser social desenvolvimento de suas capacidades, experimentação, acúmulo de conhecimento [...] confirma o seu ser e seu saber.” Mais ainda, ao reduzir o conceito de trabalho à forma peculiar que assume no capitalismo, sem compreender sua dimensão primeira e central enquanto atividade vital consciente, retrai a potencialidade da crítica ao estranhamento do trabalho e coloca o debate em plano superficial. (COELHO & MATOS, 2021).



Pode-se perceber que durante o primeiro quarto do século XXI a noção e o significado do trabalho parecem alterar-se proporcionando um espaço propício de instabilidade para o debate e questionamento a respeito da ideia cristalizada da centralidade do trabalho para a humanidade. Discussão essa que é impulsionada por dois movimentos estruturais globais: o crescimento e desenvolvimento a nível acelerado do avanço tecnológico aliado à competição intercapitalista e a formação de enormes corporações transnacionais que monopolizam o capital pela via da globalização e da mudança de modelos organizacionais. Dessa forma, mesmo dispersando as diversas unidades produtivas entre vários países onde se reduz o custo de produção, ainda assim é possível o controle distante por meio das tecnologias de comunicação. (POCHMANN, 2018)

Além disso, o Estado opera a regulação do crescente excedente da força de trabalho e generaliza a receita neoliberal permitindo o questionamento das fronteiras nacionais e o ataque aos sistemas de proteção social e trabalhista, passando então a se subordinar à agenda do capital. (POCHMANN, 2018)

Determinantes para a desestabilização do trabalho, as diversas crises do capitalismo resultaram em maiores dificuldades para a classe trabalhadora. Entretanto, são também momentos de reação e reestruturação por parte dos trabalhadores. Durante esses períodos, as formas já instauradas da organização do trabalho passam a sinalizar cada vez mais o esgotamento e o desgaste da classe trabalhadora diante da valorização do capital, enquanto que as novas formas ainda não se concretizaram para que o sistema capitalista possa cooptá-las e se dinamizar.

Ademais nesse momento ocorre a “experimentação de técnicas mais sofisticadas de exploração da classe trabalhadora”. Isso “exige e testa a capacidade de reação dos trabalhadores e também o reposicionamento desafiador das instituições de organização e representação existentes no mundo do trabalho”. Assim, tende a ocorrer o reposicionamento das instituições de organização e representação no mundo do trabalho. (POCHMANN, 2018)

Exemplos destes movimentos de reestruturação e mudanças são a Grande Depressão de 1873 e de 1896, com a instauração da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a nova expansão econômica decorrente, na qual a produção de manufaturas ficou a cargo dos países industrializados enquanto que a produção de alimentos e exportação de matéria prima ficou voltada para os países agrários com pouca ou nenhuma industrialização.



Também a Grande Depressão que se iniciou no ano de 1929, causada principalmente pela enorme expansão do crédito dos cidadãos estadunidenses possibilitando um aumento do consumo aliado à superprodução de manufaturas e ao crescente interesse no investimento na bolsa de valores, levou o sistema capitalista a experimentar a luta no mundo do trabalho em busca e conquista de um novo ciclo de prosperidade e condições de vida. Ou, mais recentemente, na configuração atual do capitalismo, o movimento de concentração do capital em empresas transnacionais que descentralizam a produção ao redor do mundo em busca de mão de obra barata visando a maximização do lucro em detrimento da saúde, do salário e condições de vida do trabalhador, além de procurar por restrições legais mínimas em relação a pagamentos de impostos e ao meio ambiente.

Pochmann (2018) descreve que no decorrer desse percurso histórico as condições de trabalho foram se modificando ao mesmo tempo o trabalhador, bem como sua percepção do lugar e da importância do trabalho em sua existência. Sendo assim, com o progresso da mecanização nas indústrias o trabalho humano foi cada vez mais se tornando um fator menos relevante para a produção, perdendo pouco a pouco seu protagonismo, de tal maneira que instaurou-se uma enorme heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, permanecendo exposta à livre competição e sem organização.

Em um segundo momento, após diversas lutas por direitos e condições de trabalho emergem uma série de novas políticas de ofertas de bens e serviços públicos, fazendo com o que o Estado passasse a ocupar esse espaço e a tarefa de reduzir as desigualdades e promover o bem-estar social sem que se alterasse a natureza privada da produção. Esta política ficou conhecida como *well-fare state*. Regulação mínima dos salários, jornadas de trabalho, limites às arbitrariedades dos patrões e também garantia de aposentadoria por exemplo foram conquistas que jamais haviam sido vistas no desenvolvimento capitalista.

Entretanto, pela atual reestruturação capitalista imposta pela segunda onda de globalização conduzida por grandes corporações transnacionais e sob a dominância financeira a capacidade do Estado de sustentar políticas públicas passou a ser contida, trazendo repercussões negativas não somente à proteção social e do trabalho (POCHMANN, 2018).

Nota-se, portanto, a experimentação de novas e maiores formas de exploração da classe trabalhadora através da terceirização em massa na qual ocorre o desmantelamento das conquistas trabalhistas das últimas décadas, bem como uma



enorme desregulação das condições de trabalho e do sistema de proteção social. É nesse contexto que a inserção no mundo do trabalho se torna objeto de diferentes formas de resistência.

Resistência, no sentido coloquial, expressa uma ação ou efeito de resistir, de não ceder ou sucumbir, recusa de submissão à vontade de outro, qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo e tendência para suportar dificuldades. Ao longo da história da humanidade diversas experiências e modos de existência alternativas ao modo e sistema capitalista surgiram e exerceram influência nas gerações futuras, como é o caso do movimento da contracultura dos anos 1960 e 1970. No cerne dessas experiências encontra-se o embate e a busca da ressignificação da valoração, do modelo e da posição que o trabalho ou emprego formal ocupa na vida das pessoas na economia capitalista.

Assim, buscam desenvolver outras maneiras de produzir sem a super exploração e alienação daquele que produz, através de economias de subsistência por exemplo. Em movimentos mais recentes, como a simplicidade voluntária ou o anti-trabalho os participantes buscam também uma tentativa de tentar se inserirem no mercado de trabalho modificando-o em prol de condições de trabalho melhores e da lógica da superprodução de bens materiais e acúmulo de capital em detrimento do meio ambiente e da saúde do trabalhador. É nessa direção que conceituamos a resistência ao trabalho como expressão, ao longo da história, de movimentos espontâneos ou não em embate com o modelo hegemônico de trabalho na sociedade capitalista.

### **III - RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Observando atentamente notícias e debates acerca dos movimentos e fenômenos relacionados ao trabalho, no Brasil e no mundo nas últimas décadas, podemos destacar alguns fatos que tiveram grande repercussão nas mídias e também despertaram o interesse e preocupação dos Estados. O que está em questão é o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos territórios nacionais, tendo em vista o montante cada vez maior de força de trabalho disponível e não aproveitada.

Fatos esses que, sob a perspectiva da resistência ao trabalho, são expressões diversas em forma, espaço, tempo e territorialidade de uma recusa ao trabalho tal como



está estruturado, e vem se estruturando, na sociedade capitalista contemporânea. De tal forma que o que assistimos são os reflexos e resultados da conjunção entre as instabilidades provocadas pelos detentores do capital e a instabilidade tal como é vivida pelos trabalhadores.

Selecionamos, portanto, três movimentos e expressões que à sua maneira e especificidade buscam exercer uma força em sentido contrário ao modelo e mercado de trabalho como hegemônico na sociedade e economia capitalista moderna. Resistindo, então, a esse sistema. O primeiro movimento expressa a recusa ao trabalho e a formação, o segundo a recusa ao trabalho desregulamentado e pôr fim a recusa ao trabalho como parte da construção de um novo estilo de vida. Cada um desses movimentos será melhor descrito e discutido nos parágrafos que se seguem.

A recusa ao trabalho e a formação (geração nem-nem)

A “geração nem-nem”, ou *NEET* em língua inglesa, ou *ni-ni* na língua espanhola nem trabalha nem estuda, cada vez mais tem sido tema de grande interesse e preocupação dos governantes ao redor do mundo. Segundo os dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, em 2018, no Brasil ela é formada principalmente por jovens de 15 a 29 anos, totalizando mais de 11 milhões de pessoas representando 23% dos jovens brasileiros. Número esse que teve um salto durante a pandemia.

O problema da existência dos jovens nem-nem é que eles podem ameaçar o crescimento futuro da economia de uma nação. Se há uma parcela significativa de pessoas nessa condição, ocorre perda de investimento em capital humano dentro de um país. São jovens que deveriam estar acumulando conhecimento no ensino formal ou obtendo experiência no mercado de trabalho. Há também o fato de que esses jovens se tornam mais vulneráveis socialmente e podem adentrar na criminalidade (SIQUEIRA; LIMA; SILVA, 2017)

As causas para o surgimento e crescimento dessa camada de jovens são múltiplas, complexas e interdependentes. No aspecto sócioeconômico, segundo dados do Censos Demográficos de 2000 e 2010 e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 2001 e 2011, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) podemos compreender que a maior parcela dos sujeitos pertencentes a geração nem-nem se localiza nas classes econômicas onde o rendimento *per capita* é mais baixo.

Nesse sentido, ao dar enfoque à inter-relação entre escola e mercado de trabalho nota-se que em famílias nas quais a renda não é o suficiente para manter os



estudos, os jovens acabam se vendo obrigados a abandonar as instituições de ensino em busca de empregos para complementar a renda familiar. Entretanto, muitas vezes também se torna muito difícil adentrar em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e escasso em número de vagas disponíveis em razão do momento econômico atual sem a experiência e formação completa.

Outro ponto de destaque é que existe um componente de gênero nesse fenômeno. Segundo CAMARANO; MELLO & KANSO (2006) do total de jovens que não estudavam e não participavam do mercado de trabalho, 67,5% era composto por mulheres, embora esta participação venha decrescendo desde os anos 1980. Assume-se que uma parte dessas mulheres tenha constituído família e esteja desempenhando o tradicional papel de mãe e dona de casa. Aproximadamente dois terços das mulheres que não estudavam e não trabalhavam eram casadas e 61,2% já tinham filhos em 2010. (Camarano; Kanso, 2012)

Não obstante, ocorre que outro aspecto ganha destaque quando voltamos nossos olhares para a parcela da geração nem-nem que não se localiza em classes econômicas e sociais mais vulneráveis ao desemprego, desalento e suas consequências. Há nas classes médias e altas uma parcela de jovens que hoje se encontram sem trabalho, sem ocupar vagas em instituições de ensino, muitas vezes morando com pais, avós e outros parentes que são responsáveis pela renda da família. Aqui podemos encontrar uma expressão da resistência ao trabalho, pois de maneira voluntária e desejante o sujeito escolhe enfrentar as consequências do preconceito e do julgamento frente aos valores de familiares, da religião e da própria moral da sociedade capitalista a se inserir de maneira tradicional no mercado de trabalho.

Há, portanto, um questionamento acerca desse grupo específico, uma tentativa de compreender as razões pelas quais esses sujeitos não aderem às oportunidades e responsabilidades advindas da inserção no mercado de trabalho, deixando de realizar a transição social da vida e status de jovens/adolescentes para a condição de jovens/adultos. Argumentos surgem em defesa de que existe neles uma falta de motivação para o ingresso, uma vez que muitos se encontram em uma base familiar onde podem desfrutar de toda a segurança e estabilidade financeira de seus antecedentes e progenitores ou responsáveis.

Outro contorno possível para essa escolha de vários jovens pode transcorrer do fato da imagem que o trabalho vem tendendo a ocupar nas gerações mais recentes onde, influenciados também pela lógica neo-liberal do empreendedorismo e centralidade do trabalho, a procura pelo trabalho ou atividade ideal se torna cada vez



mais intensa, no sentido de trabalhar com aquilo que se ama, com o qual existe um grande identificação ou afinidade. Entretanto, em períodos de recessão econômica a dificuldade de realizar tal desejo é enorme. Na sequência apresentaremos e analisaremos dois movimentos sociais que se destacam na dimensão de resistência ao trabalho: O Anti-trabalho e a Simplicidade Voluntária.

## O anti-trabalho

No início do ano de 2020 o mundo se deparou com a deflagração por parte da OMS (Organização Mundial de Saúde) de pandemia do novo Corona vírus, que teve seu epicentro na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na República Popular da China, mas que em questão de semanas se espalhou por todos os continentes. Governos passaram a tomar uma série de medidas de saúde para tentar conter o avanço e maiores consequências da expansão da pandemia.

Em razão direta destas medidas os trabalhadores e trabalhadoras desses serviços ditos essenciais passaram a ter que se expor diariamente com muito mais frequência e risco de contaminação e transmissão do novo vírus para si mesmos ou familiares. Nesse sentido a pandemia da Covid-19 agravou as condições precárias de trabalho, já presentes e acentuou a exploração dos trabalhadores a partir de novas configurações, como o home office, a transformação do lar em ambiente de trabalho, a intensificação e flexibilização das jornadas e a perda de benefícios como o vale alimentação. O trabalho remoto, justamente por ser promovido como única alternativa frente ao desemprego, abriu espaço para o aprofundamento da degradação das condições de trabalho.

Nesse contexto, nos Estados Unidos da América o impacto sobre os empregos foi muito intenso. Segundo Bermúdez (2021), em apenas dois meses, entre fevereiro e abril de 2020, o número de desempregados passou de 5.717.000 para 23.109.000. Fenômeno curioso pois enquanto milhões de americanos estão procurando empregos, há outros milhões que estão pedindo demissões. Esse número parece materializar a uma tendência mundial de realinhamento no mercado de trabalho em que uma parcela considerável de pessoas por diversos motivos, estão escolhendo largar seus empregos.



São vários os motivos pelos quais as pessoas estão decidindo deixar seus empregos. Um primeiro motivo é o fator de esgotamento do trabalho, devido a precarização do trabalho aliado as condições atuais de superexploração onde os se encontram imersos em seu espaço de trabalho sem ter a remuneração devida, sem segurança, perspectivas de crescimento e direitos de trabalho como licenças médicas. Ou momentos de epifanias ou revelações a partir da experiência da pandemia e as pessoas perceberam que não gostariam mais de passar tanto tempo em seus trabalhos longes de suas famílias e entes queridos, considerando mudanças de vida e isso passa muitas vezes pelos caminhos e escolhas profissionais. Até mesmo com o trabalho remoto expandindo durante o período pandêmico muitas pessoas se adaptaram a esse novo modelo decidindo não voltar mais aos escritórios.

Entretanto, esse fenômeno não vem ocorrendo somente de maneira individualizada e espontânea. Concomitantemente a essa demissão em massa um movimento que se espalhou pela internet veio ganhando cada vez mais corpo e notoriedade no espaço político norte-americano. É o movimento conhecido como *Anti-Work* ou Anti-trabalho. Baseado na comunidade do fórum reddit/ antiwork, os participantes do Anti-trabalho, que já somam mais de 1.8 milhões, vão além em suas indagações e indignações e buscam romper com a ordem econômica que sustenta o trabalho moderno, questionando se existe, portanto, algum propósito para o trabalho.

Segundo O'Connor (2022) o anti-trabalho baseia-se nas críticas econômicas anarquistas e socialistas e fundamenta sua argumentação na constatação de que a maior parte dos empregos de hoje em dia não são satisfatórios. Ao contrário, eles impõem a escravidão do salário e impedem os trabalhadores de receberem o total valor da sua produção. Entretanto, isso não significa que o trabalho deva deixar de existir. Acreditam que as pessoas deveriam organizar-se e trabalhar apenas o necessário, em vez de trabalhar por longas horas para gerar excesso de bens ou capital.

O'Connor (2022) complementa que as pessoas que acreditam no anti-trabalho não são necessariamente contra todas as formas de trabalho. Seu sentimento geral é de hostilidade contra “trabalhos que sejam estruturados com base no capitalismo e no Estado”. Encontra na seção de perguntas frequentes da comunidade: “o objetivo do r/antiwork é começar a conversar sobre a problematização do trabalho como o conhecemos hoje”.

Por fim, não podemos dizer com certeza ainda o impacto que esse movimento causará sobre direitos trabalhistas e o próprio mercado de trabalho, uma vez que mudanças fundamentais não ocorrem de maneira rápida e sem organização. Todavia,



o anti-trabalho expressa sem sombra de dúvidas uma grande força de resistência ao trabalho.

### A simplicidade voluntária

Em uma sociedade na qual a produção e o consumo de bens materiais se dá por meio da exploração não sustentável de recursos naturais, ganha destaque na vida das pessoas a relação com o planeta e surgem movimentos que questionam essa ordem, propondo alternativas a um estilo de vida em que a acumulação é preponderante.

O termo foi pela primeira vez utilizado pelo norte-americano Richard Gregg em 1936, em uma publicação chamada O Valor da Simplicidade Voluntária. Em sua obra, Gregg (1936) assinala que a adoção de uma vida voluntariamente simples já fora praticada anteriormente por fundadores da maioria das religiões, mas não ficou restrita somente a esse contexto. Outras pessoas, dentre elas artistas, cientistas e líderes que tiveram bastante impacto na história mundial, como Gandhi e Lenin, também, seguiram esses preceitos e/ou praticaram, de alguma forma, viver de uma maneira mais simples. Gregg (1936), antes de apresentar o conceito da Simplicidade Voluntária, aponta que a decisão de alguém aderir um estilo de vida mais simples não possui relação com levar uma vida ascética, ou seja, não significa suprimir os seus desejos em relação a algo, tampouco levar uma vida de extrema miséria, mas contrapor a necessidade de se buscar sempre a abundância e a acumulação de bens. Além disso, Gregg (1936) cita que simplicidade é algo relativo, pois depende de variáveis como o clima, costumes, cultura e as características individuais de cada um, pois aderir a um estilo de vida mais simples está relacionado com o propósito dos próprios indivíduos e suas próprias condições, não sendo possível, portanto, apontar uma maneira única de se fazer isso, muito menos mensurar a relevância do propósito de uma pessoa em relação à outra.

A partir da obra de Richar Gregg, o norte-americano Duane Elgin publicou, em 1981, o livro Simplicidade Voluntária, e cita que adotar voluntariamente um estilo de vida mais simples diz respeito a viver conscientemente, de acordo com o propósito de vida inerente a cada indivíduo, visto que não é possível agir com intenção e propósito caso a pessoa não preste atenção aos movimentos que ocorrem em sua vida e não esteja vivenciando o que ocorre em seu presente. Dessa forma, ao combinar aspectos relacionados à objetividade e à subjetividade, Elgin (1981) descreve a simplicidade



voluntária como uma “maneira externamente mais simples e internamente mais rica”, não sendo, portanto, uma condição estática de se viver, mas que requer uma observação continuada e consciente para que, de fato, aconteça.

Para exemplificar esse ponto, Elgin (1981) leva em consideração duas pessoas que utilizam a bicicleta como meio de locomoção para o trabalho, com a finalidade de economizar combustível. A primeira pessoa, pelo fato de voluntariamente ter escolhido esse meio de locomoção, consegue resgatar uma satisfação e um prazer com essa atividade, pois está se exercitando fisicamente, entrando em contato com o seu entorno, além de impactar de maneira positiva no ambiente, pelo fato de não haver uma queima de combustível. Já a segunda pessoa utiliza a bicicleta por conta das circunstâncias da sua realidade, podendo ser tanto de natureza financeira quanto pela possibilidade de um racionamento de combustível. Por conta disso, diferentemente da primeira pessoa, essa não sente prazer com o ato de pedalar, mas sim um pesar, não considerando o ato de pedalar como algo benéfico e sequer considerando aspectos ambientais. Assim, embora as atividades de ambas sejam as mesmas, o propósito que cada uma possui é diferente. Com esse exemplo, Elgin (1981) quis demonstrar a diferença de quando a simplicidade adotada foi voluntariamente escolhida ou imposta pelas circunstâncias, por conta de variáveis que vão além da ação e condição do indivíduo, além de considerar o aspecto subjetivo de cada um.

Ademais, Elgin (1981) cita que as civilizações passam por transições, sendo que a adoção de uma vida mais simples poderia ser um contraponto a diversos desafios pelas quais sociedades industriais enfrentam. Para o autor, o colapso civilizatório em questão é demarcado por várias crises como a estagnação econômica, a perda de um senso coletivo referido a questões sociais, as complexidades burocráticas e a inabilidade de uma resposta a graves problemas ecológicos desde um âmbito local até global. Portanto, caso as sociedades queiram ter uma chance de sobrevivência, são necessários novos modos de vida e a existência de um novo senso voltado a propósitos sociais (com medidas em âmbito individual e coletivo) para que, de fato, as crises sociais que assolam a sociedade sejam transformadas (Elgin, 1981, p. 164).

Em um estudo de Silva e Hor-Meyll (2016) com o objetivo de investigar as motivações de consumidores para adotar a simplicidade voluntária e quais os impactos dessa adoção em suas vidas, os autores mencionam, por meio de revisões de literatura sobre o assunto, que uma das principais motivações para a mudança de estilo de vida ocorre pelo desejo dos consumidores em reduzir o estresse decorrente do trabalho que possuem. Por meio de entrevistas com as pessoas participantes desse estudo, a maioria



mencionou estar insatisfeita com a profissão que possuíam e que mudaram e/ou possuíam planos de mudá-la no futuro, a fim de buscar um trabalho que oferecesse prazer e felicidade (Silva & Hor-Meyll, 2016). Ademais, outras motivações foram citadas, como a insatisfação com o exagero no consumo, busca de mais tempo para o lazer, busca por uma vida espiritualizada em contrapartida a uma vida puramente materialista, resgate de valores familiares de simplicidade e libertação de uma pressão social de ter que consumir desenfreadamente. Por meio da investigação de Silva e Hor-Meyll (2016) e da literatura levantada pelos autores, algumas mudanças ocorridas na vida dos entrevistados e membros da pesquisa foram classificadas em tópicos como mudança na vida profissional (em que os praticantes da vida simples relataram não buscarem trabalhos priorizando ganhos financeiros, mas que pudessem ter prazer com seus empregos e uma redução na jornada de trabalho), mudança em suas moradias (procurando regiões interioranas e/ou regiões rurais), priorização de transportes alternativos ao automobilístico (como transporte público coletivo, bicicleta e caminhada) e uma drástica redução no consumo de bens materiais, comprando somente o que consideram necessário para suas vidas, considerando os aspectos utilitários do produto em si, além de passarem a se preocupar com aspectos ambientais e sociais após adoção de uma vida mais simples (Silva & Hor-Meyll, 2016).

Embora no Brasil os estudos a respeito da prática da simplicidade voluntária ainda não sejam tão vastos, será interessante visualizar o quanto esse movimento, ao ganhar uma dimensão coletiva, pode impactar bastante nos modos como as pessoas se relacionam entre si e também com o espaço em que habitam e trabalham, assim como com o tempo de duração de suas vidas.

A título de conclusão provisória é possível considerar que o trabalhador globalizado do século XXI tem expectativas colocadas em sua situação de trabalho. A consciência de que a vida transcorre enquanto ele executa seu trabalho leva à necessidade imperativa de que o trabalho seja fonte de satisfação, realização e bem-estar. Na ausência destas condições, ou ainda nos marcos de um trabalho que explora, esgota e faz sofrer, tal como se dá na atualidade, é a própria condição de trabalhador que é questionada, muitas vezes resultando na ruptura do vínculo laboral. Já para os mais jovens, muitas vezes bem informados quanto ao que lhes aguarda e é oferecido como destino inevitável, a alternativa é a não inserção no meio laboral, traduzindo em recusa a determinação de viver de modo minimamente satisfatório e desejante.



## REFERÊNCIAS

BERMÚDEZ, A. Por que trabalhadores nos EUA estão pedindo demissão em ritmo recorde. BBC News Brasil, [S. l.], p. 1-1, 4 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57661294>. Acesso em: 10 mar. 2022

COELHO, B. P. M.; MATOS, F. S. A amplitude axiológica da categoria trabalho: contra o trabalho (estranhado) e pelo trabalho (substancialmente livre). Revista Direito e Práxis [online]. 2021, v. 12, n. 2 [Acessado 8 Fevereiro 2022] , pp. 803-829. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/47847>>. Epub 16 Jun 2021. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/47847>.

CAMARANO, A. A. Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? In: CAMARANO, A. A. (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 319-330

ELGIN, D. Simplicidade voluntária: em busca de um estilo de vida exteriormente simples, mas interiormente rico. Estados Unidos, 1981

GREGG, R. B. O valor da simplicidade voluntária. Pensilvânia: Pendle Hill, 1936

J. P. (org). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

MARX, K. Valor, trabalho e mais-valia. O confronto entre trabalho e capital.

O'CONNOR, B. 'Antitrabalho': o movimento que ganhou força na pandemia e se espalha por comunidades online. Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-1, 7 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/antitrabalho-o-movimento-que-ganhou-forca-na-pandemia-e-se-espalha-por-comunidades-online.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2022

POCHMANN, M. Desestabilização do trabalho. Saúde em Debate [online]. 2018, v. 42, n. spe3 [Acessado 8 Fevereiro 2022], pp. 67-77. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S306>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S306>.

SANCHES, M. Greves e pedidos de demissão em massa: o movimento que pode resultar em 'CLT' nos EUA. BBC News Brasil, [S. l.], p. 1-1, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59425315>. Acesso em: 10 mar. 2022

SILVA, R. C.; HOR-MEYLL, L. F. Simplicidade voluntária: escolhendo uma nova forma de viver. Revista Pretexto, 2016, v. 17, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.21714/pretexto.v17i2.3772>>. Acesso em: 10 mar. 2022

SIQUEIRA, L. B. O.; LIMA, A. H. F. B.; SILVA, M. V. B. Geração nem-nem e o efeito das aposentadorias e pensões. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017, n. 48. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7991>>. Acesso em 10 mar. 2022